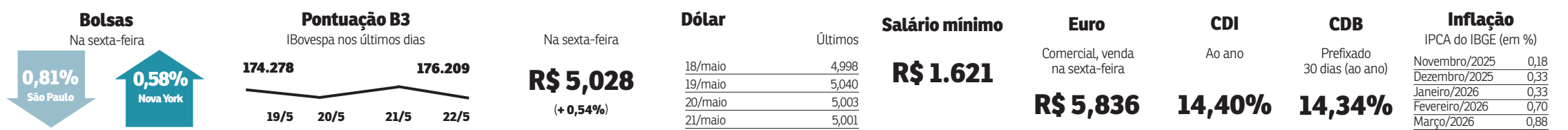




7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 24 de maio de 2026



POLÍTICA MONETÁRIA

Aumento dos preços acima do teto da meta reduz espaço para cortes da Selic e reforça temor de juros altos até 2027

Pressão persistente

Inflação elevada mantém juros altos e limita espaço para cortes na Selic

INFLAÇÃO (IPCA)



A projeção segue acima da meta de inflação e reforça a percepção de pressão persistente nos preços.

SELIC



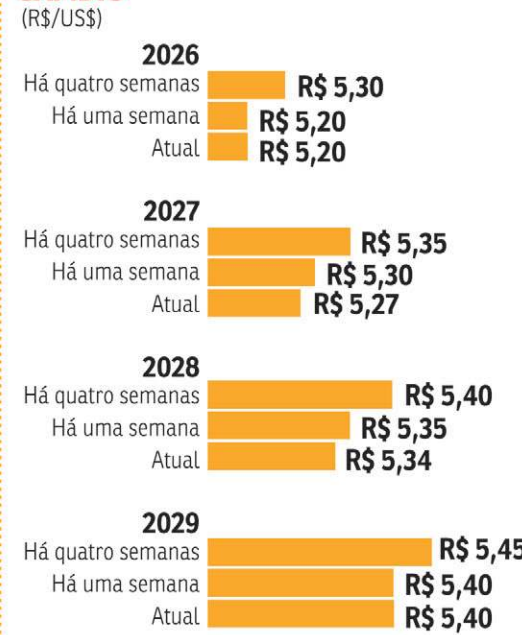
O mercado passou a prever juros mais altos por mais tempo diante da resistência da inflação.

PIB



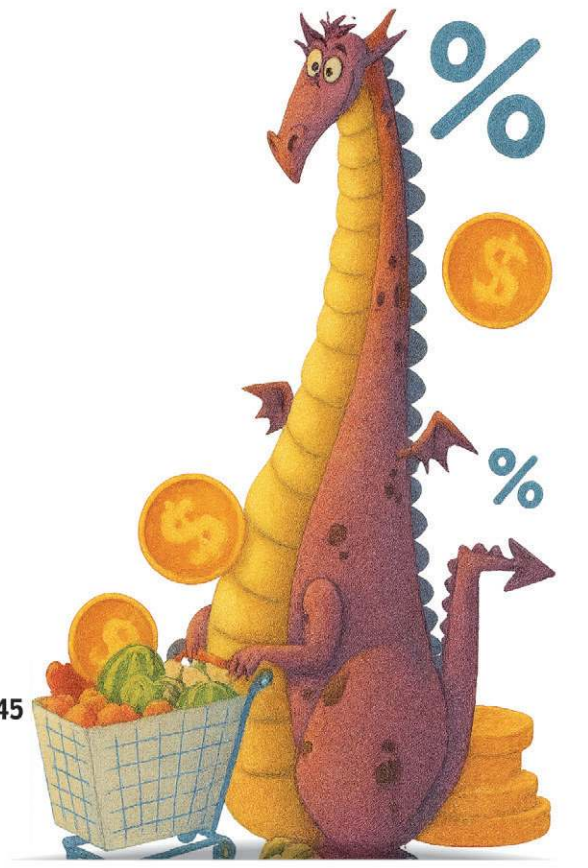
As expectativas para o crescimento econômico seguem praticamente estáveis.

CÂMBIO



A projeção para o dólar indica redução das pressões cambiais nas últimas semanas.

Fonte: Boletim Focus.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Inflação trava queda da Selic

» RAFAELA GONÇALVES

A inflação projetada acima do teto da meta em 2026 já altera a leitura do mercado sobre o rumo da política monetária e reduz o espaço para cortes mais intensos da taxa básica de juros. Com expectativas desancoradas, pressão internacional sobre commodities e incertezas fiscais no radar, economistas avaliam que o Banco Central deve adotar uma postura mais cautelosa nos próximos meses.

A avaliação do mercado é que o Brasil corre o risco de chegar a 2027 convivendo com inflação resistente, juros estruturalmente elevados e menor capacidade de estímulo à economia. Nesse cenário, cresce a preocupação com um ciclo mais prolongado de aperto monetário, capaz de impactar crédito, investimentos e ritmo de crescimento do país.

Segundo o mais recente Boletim Focus divulgado pelo BC, a mediana das projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2026 subiu de 4,91% para 4,92%, acima do teto da meta perseguida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Já a expectativa para a taxa Selic avançou de 13% para 13,25% ao ano, indicando que o mercado passou a precificar um ciclo de flexibilização monetária mais lento e limitado.

Pelo sistema de metas contínuas,

o centro da meta de inflação é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Caso as projeções se confirmem, o país encerrará 2026 acima do teto permitido, ampliando a pressão sobre o Banco Central às vésperas da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para 16 e 17 de junho.

Para analistas, a deterioração das expectativas muda o foco da discussão. Se até poucas semanas o mercado debatia a velocidade dos cortes da Selic, agora a preocupação central passou a ser quanto espaço ainda existe para reduzir os juros sem comprometer a credibilidade do regime de metas.

“O Focus deixou mais evidente uma mudança de leitura do mercado. Com a inflação esperada para 2026 já acima do teto da meta e viés de alta pela décima semana consecutiva, o espaço para novos cortes ficou mais estreito”, afirma Peterson Rizzo, head de relações com investidores da Multiplike. Segundo ele, o avanço do petróleo acima de US\$ 110 por barril pressiona os combustíveis e toda a cadeia de custos, dificultando o trabalho da autoridade monetária.

Na avaliação do executivo, a revisão para cima da Selic reflete a percepção de que o ciclo de cortes “pode ser mais curto e mais lento do que se imaginava há um mês”. “Na prática, isso significa juros restritivos por

Antonio Cruz / Agência Brasil



Nova reunião do Copom está marcada para 16 e 17 de junho, na Copa

mais tempo, com efeito direto sobre crédito, investimento e capacidade de financiamento das empresas”, diz.

Desde o início do conflito no Oriente Médio, o Banco Central tem adotado um tom cauteloso na condução da política monetária, em meio às incertezas sobre a duração da guerra e seus efeitos sobre a inflação. Na ata da última reunião do Copom, realizada em abril, a instituição voltou a demonstrar preocupação com a possibilidade de uma desaceleração da

autoridade monetária na ata.

O documento também destacou que as incertezas envolvendo os conflitos geopolíticos, somadas aos sinais ainda difusos da atividade econômica, tornam mais difícil identificar tendências mais claras para o comportamento da inflação.

A preocupação também já se estende para 2027. Com inflação ainda projetada acima do centro da meta e juros elevados mesmo após o ciclo de cortes, economistas alertam para o risco de o país entrar no próximo ano ainda dependente de política monetária apertada.

“O risco de o Brasil entrar em 2027 com inflação acima da meta e juros estruturalmente elevados existe, sobretudo se o cenário externo continuar pressionando commodities e se a política fiscal não ajudar a ancorar expectativas”, afirma Edgar Araújo, CEO da Azumi Investimentos. “O país pode chegar ao próximo ciclo com menos espaço para estímulo e mais dependente de disciplina monetária e fiscal”, acrescenta.

Combinação de fatores

Para o mercado financeiro, a combinação entre inflação persistente, incerteza fiscal e cenário externo adverso tende a prolongar o ambiente de juros altos, com impacto direto sobre empresas e investidores.

“O problema é que a inflação deixou de ser apenas uma pressão pontual e passou a contaminar horizontes mais longos, o que torna qualquer decisão mais sensível”, afirma André Matos, CEO da MA7 Negócios. Segundo ele, o cenário exige maior seletividade nos investimentos e uma gestão financeira mais conservadora por parte das empresas, diante de um custo de capital ainda elevado.

Na visão de Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, o mercado já começou a internalizar juros elevados por mais tempo “não como ajuste pontual, mas como reflexo de uma inflação mais resiliente e menos sensível ao nível atual de restrição monetária”. O movimento, segundo ele, aumenta a busca por aplicações pós-fixadas, reduz o prazo das carteiras e eleva a exigência de prêmio em operações de crédito.

A percepção é de que o cenário exige menos aposta em uma queda rápida dos juros e mais foco em eficiência operacional. “A revisão da Selic para cima no fim de 2026 indica que o mercado está aceitando um ciclo de juros altos mais longo, o que obriga empreendedores a planejarem com menos otimismo financeiro e mais disciplina operacional”, destaca João Kepler, CEO da Equity Group.

Estrela entra na onda de recuperações judiciais

Juros altos, crédito restrito e a mudança no comportamento do consumidor infantil, cada vez mais voltado ao entretenimento digital, estão entre os fatores que levaram a tradicional fabricante de brinquedos Estrela a pedir recuperação judicial nesta semana. O movimento ocorre em meio ao aumento da pressão financeira sobre empresas do varejo e da indústria em um cenário de consumo enfraquecido e custo elevado de capital.

O pedido foi protocolado na Comarca de Três Pontas, em Minas

Gerais, e envolve oito empresas do grupo, entre elas a Manufatura de Brinquedos Estrela S.A., a Editora Estrela Cultural e a Estrela Distribuidora de Brinquedos. O valor total das dívidas não foi divulgado.

Em comunicado ao mercado, a companhia afirmou que a recuperação judicial busca reestruturar o passivo diante de “pressões econômicas e setoriais relevantes”. Entre os fatores apontados pela empresa estão o alto custo do crédito, as restrições de financiamento e as mudanças nos hábitos

de consumo infantil, com o avanço de jogos eletrônicos e plataformas digitais sobre o mercado tradicional de brinquedos.

Fundada em 1937, a Estrela se consolidou como uma das marcas mais tradicionais do setor no Brasil, responsável por produtos que marcam diferentes gerações, como Banco Imobiliário, Autorama, Falcon, Genius, Susi, Comandos em Ação e Super Massa.

O caso ocorre em um momento de alta recorde nos pedidos de recuperação judicial no país.

Levantamento da Serasa Experian aponta que 2025 registrou o maior número de empresas em recuperação judicial da série histórica da instituição, com 2.466 CNPJs envolvidos, uma alta de 13% em relação a 2024. Pela ótica processual, foram 977 pedidos no período, avanço de 5,5% e o maior volume desde 2016.

A Estrela se soma a uma lista de grandes e tradicionais empresas brasileiras que recorreram recentemente à recuperação judicial, como o Grupo Toky, controlador das marcas Tok&Stok e Mobly.

Na avaliação de Aislan Campos Rocco, especialista em falência e recuperação de empresas, o avanço desses processos reflete a dificuldade de adaptação de muitas companhias ao novo ambiente econômico e de consumo. “A recuperação extrajudicial é uma alternativa importante para renegociar dívidas de forma mais célere e menos onerosa, mas, em determinadas situações, a recuperação judicial se torna necessária por oferecer mecanismos mais amplos de proteção ao

caixa e à continuidade das operações”, afirma.

Segundo o advogado, o desafio enfrentado pelas empresas vai além do endividamento. “O cenário de inflação elevada, juros altos e retração do consumo reduziu significativamente a capacidade de geração de caixa das empresas. Ao mesmo tempo, as transformações tecnológicas e as mudanças no padrão de consumo exigem adaptações estratégicas constantes, sob pena de comprometer a sustentabilidade do negócio”, explica. (RG)